



CARTA-CONTRATO Nº CC20080013

PROCESSO nº 001069/08-0

À Senhora GILDA PATRÍCIA SEGÓVIA LOPRESTTI

CI nº RNE W690763-3

CPF nº 578.518.321-87

End.: SHIS QI 03 Conj. 08, Casa 09, Lago Sul

Tel: (61) 3365-4041 e 3365-4042

E-mail: gildasegovia@hotmail.com

Prezada Senhora,

Comunicamos a V. S^a ter sido autorizada, de acordo com a Lei nº 8.666/93, a sua contratação para ministrar aulas de espanhol em 4 (quatro) turmas, no decorrer do exercício de 2008, conforme estipulada na solicitação do SENADO, fl. 1 e 31, reconhecida a inexigibilidade de licitação pelo Diretor-Geral Adjunto, fl. 42, com fulcro no art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93, ratificada pelo Senhor Diretor Geral, fl. 43, do processo em referência.

Em razão do exposto e considerando o estabelecido no artigo 62 da retromencionada lei, esta contratação será celebrada mediante a presente carta-contrato, observadas as condições a seguir enunciadas, passando as partes, já qualificadas nos autos do referido processo, a serem, doravante, designadas respectivamente por CONTRATADA e SENADO ou CONTRATANTE.

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS

Fazem parte do presente instrumento, as disposições do Ofício nº 571/2007 do Instituto Legislativo Brasileiro - ILB, fls. 1 e 31, e a Planilha de Custo, fl. 32, devendo o curso ser prestado, mediante a orientação do gestor deste instrumento.

O curso será oferecido 2 (duas) vezes por semana e cada aula terá duração de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos.

1.1 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

I - manter durante a execução deste contrato as condições que ensejaram sua contratação;

II - executar fielmente os serviços descritos na proposta e neste contrato;

III - prestar esclarecimentos ao CONTRATANTE sobre o curso, sempre que solicitado;

IV – em nenhuma hipótese poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do serviço a que se refere o presente contrato;

V – a CONTRATADA sujeita-se às disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.



1.2 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO SENADO

São obrigações do SENADO, além de outras previstas neste instrumento ou decorrente da natureza do ajuste providenciar toda a infra-estrutura necessária à realização do curso.

2. O REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA se obriga a prestar os serviços da seguinte forma:

- I. nº de turmas: 4 (quatro);
- II. período e horário: no decorrer de 2008 e a ser definido pelo ILB;
- III. número de participantes: a ser definido pelo ILB;
- IV. carga horária do curso: 58 horas-aula por turma;
- V. local: salas de aula do Instituto Legislativo Brasileiro-ILB.

3. DO PREÇO

3.1 - O SENADO pagará pelo objeto deste instrumento, os preços abaixo discriminados, com base no disposto no art. 7º do Ato COMDIR nº 18/2003:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR
	Valor da hora-aula (Ato 18/2003 – CD art. 7º);	R\$ 127,20
	Custo para 1 (uma) turma de 58 horas-aula, referente a 4 (quatro) meses;	R\$ 7.377,60
	Custo para 4 (quatro) turmas de 232 horas-aula, referente a 4 (quatro) meses;	R\$ 29.510,40
	Custo anual de INSS para as quatro turmas (20%);	R\$ 5.902,08
	Valor Total.	R\$ 35.412,48

3.2 - O custo total do treinamento é de **R\$ 35.412,48** (trinta e cinco mil, quatrocentos e doze reais e quarenta e oito centavos).

3.3 - O valor da hora-aula inclui todos os tributos a serem recolhidos, planejamentos de aulas, além da correção de provas e exercícios. O recolhimento do ISS será de responsabilidade da CONTRATADA.

4. DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DO OBJETO

Executado o contrato, o seu objeto será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinados pelas partes, após o decurso do prazo de observação que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

5. DO REAJUSTE

O preço será fixo e irrevogável.



6. DO PAGAMENTO E SEU PRAZO

O pagamento será efetuado mensalmente, por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo de 9 (nove) dias úteis, contado do recibo devidamente atestado pelo ILB, em face da realização do curso, acompanhado de uma cópia da nota de empenho.

Em qualquer hipótese, o pagamento ficará condicionado à atestação do serviço pelo gestor e ao comprovante de regularidade com o INSS (CND) e o FGTS (CRF), no caso de empresa; e INSS e ISS, de profissional autônomo.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes desta carta-contrato correrão à conta da dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 01128055140910001 e Natureza de Despesa 339036, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº 2008NE001723 (serviço); e Programa de Trabalho 01128055140910001 e Natureza de Despesa 339147 (INSS Patronal), Nota de Empenho nº 2008NE001724.

8. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que, a critério do SENADO, se façam necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do presente instrumento.

9. DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao gestor, servidor designado na forma do disposto no Ato nº 2, de 2008, da Comissão Diretora, promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento desta carta-contrato.

10. DAS PENALIDADES

O atraso injustificado na execução deste instrumento sujeitará a CONTRATADA, sem prejuízo das sanções administrativas estabelecidas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, às seguintes multas:

I) 0,1% (um décimo por cento) ao dia, sobre o valor global desta carta-contrato, até o limite de 30 (trinta) dias;

II) 10% (dez por cento), cumulativamente, sobre o valor global desta carta-contrato, após 30 (trinta) dias, podendo ainda o SENADO, a seu critério, cancelar a nota de empenho e impor outras sanções legais cabíveis.

III) além das multas acima previstas, poderá ser aplicada, pela inexecução total ou parcial do ajuste, multa correspondente a até 10% (dez por cento) do **valor global** deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

11. DA RESCISÃO

A rescisão contratual será motivada, nos termos do disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.



12. DA VIGÊNCIA

Esta carta-contrato terá vigência a contar da data de sua assinatura, com término na data de emissão do termo de recebimento definitivo do objeto previsto no item 4 deste Instrumento.

13. DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste instrumento.

Assim ajustados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante designadas, que também o subscrevem.

Brasília, 29 de maio de 2008.

ORIGINAL ASSINADO
AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

ORIGINAL ASSINADO
GILDA PATRÍCIA SEGÓVIA LOPRESTTI
CI nº RNE W690763-3
CPF nº 578.518.321-87

Diretor da SADCON

Diretor da SSPLAC